

Constituinte só fabrica sonhos, segundo Delfim

ARLETE SALVADOR

A língua ferina do ex-ministro e deputado federal Delfim Netto está cada vez mais afiada. Crítico irônico da Assembléia Nacional Constituinte, ele acredita que só há uma saída para o Brasil: o parlamentarismo. "Já que os constituintes estão-se dando a pretensão de administrar o País, porque não entregar, de fato e de direito, a administração ao Congresso?", pergunta. Afinal, explica o deputado, a Constituinte está votando sonhos que não terá condições de cumprir. E o que é

pior: sem assumir nenhuma responsabilidade pelas conseqüências de suas decisões.

O deputado cunhou até uma expressão para definir o sistema de governo aprovado pela Constituinte. Trata-se do "presidencialismo do Zé Carioca", aquele que nem é presidencialismo imperial nem parlamentarismo puro, mas é capaz de tornar o País inadministrável. Assim, entende, o parlamentarismo é o futuro, embora reconheça que "para fazer jus à inteligência do que está sendo decidido, a nova Constituição deverá ter 300 anos de existência". Para ele, os parlamentares votaram livre

e conscientemente pelo presidencialismo, depois de terem fuçado as bibliotecas públicas atrás de livros de Ciência Social para arranjar argumentos favoráveis a esse sistema.

Nesta entrevista exclusiva ao Estado, ele afirma que seria uma discriminação dar quatro anos de mandato para o presidente Sarney e cinco para os seus futuros sucessores. Delfim só seria favorável aos quatro se houvesse eleições gerais — coisa que a esquerda, "hipócrita, não quis". Assim sendo, o deputado vai votar pelos cinco. Seis, para ele, já seria uma overdose.

"Todo o poder ao Parlamento"

Poucos dias antes da votação do sistema de governo pela Constituinte, o senhor estava certo de que daria parlamentarismo com quatro anos de mandato. O que aconteceu?

Eu estava convencido, e ainda estou, de que o parlamentarismo é a única solução para o Brasil. A Constituinte está votando uma série dos chamados avanços sociais que lhe permitirão fixar o orçamento da União, designar percentuais de aplicação de recursos financeiros em áreas como educação e saúde, equiparar aposentadorias, dar licença-partenidade de oito dias, enfim, está votando uma série de sonhos sem saber se terá recursos para cumprilos. Na verdade, a Constituinte está se dando a pretensão de administrar o País. Se é assim, por que não entregar, de fato e de direito, a administração ao Congresso através do parlamentarismo? É um sistema mais coerente, porque vamos carregar a administração para dentro do Congresso, que passará a ser responsável pelo governo. Eu também acreditava nos quatro anos, porque defendia eleições gerais no País; mas a esquerda brasileira, muito hipócrita, só queria eleição para presidente da República. Não havendo eleições diretas, seria uma discriminação dar ao presidente Sarney os quatro anos de mandato e cinco para seus sucessores.

O senhor propõe o parlamentarismo como uma doce vingança contra o que considera irresponsabilidade dos constituintes? Absolutamente. Sou um parlamentarista convicto e não é de agora. O brasileiro gosta muito do Executivo e do Legislativo, mas um de cada vez. A Constituinte vota o que quer sem arcar com a responsabilidade dos seus atos, que acaba sempre atribuída ao presidente. O que aconteceria se tivéssemos o parlamentarismo? O Gabinete sairia de dentro do Congresso. Se não fizesse um bom governo, seria trocado; se ainda não desse certo, o Congresso seria dissolvido com a convocação de novas eleições. Acredito que teríamos um melhor entendimento.

Isso agora parece irreversível. A Constituinte já aprovou o sistema presidencialista.

Votou e aprovou o presidencialismo com pitadas de parlamentarismo, que eu chamo de presidencialismo do Zé Carioca. Com seu tradicional jeito, o brasileiro está querendo inventar um novo regime, que não é nem o presidencialismo imperial e nem o parlamentarismo puro, sistemas consagrados histórica e cientificamente. O sistema do Zé Carioca não vai funcionar, porque o País se tornará inadministrável. Quando isso acontecer, será a hora do parlamentarismo.

Mas a votação foi mais política do que ideológica. Parecia uma disputa entre os que eram contra ou a favor do presidente Sarney e não uma decisão sobre o novo regime de governo no Brasil.

Mas nós estávamos lá decidindo o futuro do País! Os constituintes estavam conscientes de que estávamos votando coisas seriíssimas. Para fazer jus à inteligência do que está sendo feito, diria que a nova Constituição terá 300 anos de existência.

Voltando à primeira pergunta, ainda sem resposta, o que aconteceu naquela superterça?

O erro dos parlamentaristas foi não ter percebido que as bibliotecas públicas ficam abertas nos finais de semana. Assim, muita gente que era parlamentarista debruçou-se sobre os livros de Ciência Social e deixou as bibliotecas convictas de que o melhor para o País era mesmo o presidencialismo. Chegaram na superterça munidos de argumentos para justificar a sua mudança de posição.

Mas não houve pressão do Planalto e até uma ameaça de intervenção militar?

Essa história de intervenção militar é conversa que eu só posso acreditar que os nossos constituintes mudaram de idéia depois de ler um livro de Ciência Social. Ou então serviu de um bom pretexto para isso. Os ministros militares falam como das suas polícias e de não poder de fogo. A opinião de um ministro militar vale tanto quanto a do mi-

nistro Paulo Brossard, da Justiça, que tem o Diário Oficial nas mãos. Não é uma arma, mas funciona que você nem imagina. Que força seria essa, capaz de impor sua vontade ao adversário? Eu nunca fui contactado, votei pelo parlamentarismo e duvidei que houvesse vivandeiros correndo pelas portas dos quartéis para pôr em marcha as Forças Armadas em favor do presidencialismo.

A ameaça de golpe seria, então, um blefe? Ou um eterno fantasma rondando a vida brasileira?

Blefe não foi, porque é uma hipótese ridícula, que não existiu. Nem sei se é mesmo um fantasma real ou desses que aparecem ao meio-dia. É preciso deixá-lo aparecer para sabermos se, de fato, é real. Mas o civil é um covarde. A Constituinte votou soberana e conscientemente pelo presidencialismo e agora busca pretexto para justificar a sua mudança de comportamento.

Falando em fantasmas, temos outro que vive rondando as decisões dos constituintes: o ex-governador Leonel Brizola.

Também precisamos ter um ajuste de contas com o caudilho Brizola. Ele vai ser metabolizado nas urnas ou no governo, embora eu preferisse que fosse nas urnas. Não podemos condicionar o desenvolvimento do País à esperança de que o Espírito Santo baixe sobre ele e o transforme nesse gênio de plantão



Arnaldo Fiaschi

Delfim: presidencialismo à Zé Carioca

pelo qual a esquerda brasileira parece ansiar para defender apenas eleições presidenciais este ano. Se existisse esse gênio de plantão, eu até poderia entender a posição da esquerda, contrária às eleições gerais. Desse jeito, como costumava dizer minha avó, é melhor uma tragédia conhecida do que outra desconhecida.

Brizola é a tragédia desconhecida?

Imagine, ele é a tragédia conhecida.

O fato é que o presidencialismo passou e o presidente Sarney, provavelmente, terá mais um ano no governo. E agora?

Com o apoio de 60% da Constituinte, o presidente Sarney realmente recebeu um mandato inquestionável e tem a obrigação de assumir, de fato e de direito, o comando da política econômica. Foi algo assim como "toma que o filho é teu". É isso que nós estamos esperando dele.

Que medidas ele deveria tomar?

Reduzir o déficit público, demitindo toda a cupinxada nomeada pelo PMDB e PFL. Nos últimos três anos, foram nomeados 54 mil pessoas para as empresas estatais, todas indicadas pelo PMDB, principalmente. O PMDB nomeou as pessoas, mas não assumiu nenhuma responsabilidade pelo governo. Se eles fossem realmente responsáveis pelo governo teriam feito essas nomeações? Instituir o ócio com dignidade para os seus cabos eleitorais e o presidente Sarney que pagasse a conta? Eles destruíram o Estado, aumentando os salários do setor público e empregando o privado. Eu espero, torço, rezo para que tudo isso mude.

Mas o senhor passou 20 anos no governo. Isso não acontecia?

Não nessas proporções, tanto que o déficit público não era um problema importante. Em 1984, as despesas com pessoal da administração nos três níveis (federal, estadual e municipal) correspondia a 5,8% do PIB. Em âmbito federal, a percentagem era de 2,4% do PIB.

De lá até 1987, o PIB cresceu 20%. Ainda assim, as despesas de pessoal nos três níveis também cresceu — equivale a 7,8% do PIB. Só a nível federal representa, hoje, 3,3%. Isso significa, em números reais, um acréscimo de 67% enquanto o setor privado teve o salário real cortado em 25%. Quem nomeou toda essa gente? Foi a fúria democrática do PFL e do PMDB. Apropriaram-se das empresas estatais como se fossem um presunto, levando as fatias para casa. E a sociedade é que vai financiar essa apropriação. Ao mesmo tempo, entretanto, o papel desses cabos eleitorais vai ser importante na próxima eleição, porque a sociedade sente, até fisicamente, o que está acontecendo. Todo mundo, qualquer pessoa, conhece pelo menos um cupinxa empregado no governo. É uma tia no INPS, o sogro no Inera, o cunhado em outro lugar. No período em que estive no governo, não havia esse nível de empreguismo. Em seis anos do governo Figueiredo, foram nomeadas 6.600 pessoas para as empresas estatais. A Nova República nomeou 17 vezes mais por ano, transformando o Estado numa coisa inadministrável. Ainda que a velha República tivesse nomeado tanta gente, isso não é desculpa para a Nova ter feito a mesma coisa. Ela não disse que viria para mudar? Além disso, houve época em que costumávamos aprender com os erros anteriores.

O que se costuma alegar para evitar demissões no serviço público é outro fantasma, o desemprego.

O que aconteceria se todas as pessoas nomeadas pelo PMDB a partir de março de 1985 fossem demitidas? Nada, a não ser um custo político visível para o partido. E que governo é esse que emprega porque gosta de empregar? E que desemprego é esse? É o corte no seu salário, no salário de quem estiver lendo esta reportagem que está financiando a capinxada amiga, enquanto ela vai levando as fatias do presunto para casa. Trata-se de um estelionato nacional. Mas acredito que o sistema vai ser aperfeiçoado e esse estelionato vai ser varrido do governo. Se fosse no parlamentarismo, isso tudo não estaria acontecendo.

O parlamentarismo é a saída para tudo?

Acredito que é a única saída. Imagine se todo esse pessoal que fez as nomeações estivesse mesmo no governo e fosse obrigado a cortar o déficit. Um grupo poderia não concordar, mas uma parte sem dúvida iria pressionar nesse sentido. Sem acordo, o Gabinete cairia e outro grupo assumiria o comando. E a história se repetiria, até a convocação de novas eleições. E aí é que eu digo que o sistema vai-se aperfeiçoando. Quanto mais eleições nós tivermos, mais o País vai aprendendo. Estou convencido de que não existe outro mecanismo de aprendizagem a não ser a prática. No parlamentarismo, teríamos pela frente, basicamente, dois programas de governo. Um, sem dúvida, demagógico, sem sujeito, sem verbo nem complemento. Só som e um descaso com a inteligência do eleitos, já que, nas contas desse programa, dois mais dois são 122. Teríamos também outro, desarrumado, mas com sujeito, verbo e predicado. Diante desses dois programas, deixa a Nação escolher. Com o aperfeiçoamento do processo, ela logo vai perceber que não dá para escolher um discurso que promete o lago azul e não cumpre.

Se o parlamentarismo parece ser a saída para tudo, o presidente Sarney teria cometido um erro político ao insistir no presidencialismo?

Foi um grande equívoco de avaliação. O País foi destruído por um parlamentarismo de fato. Antes, o dr. Ulysses Guimarães era o primeiro-ministro sem nenhuma responsabilidade. Criou-se aquela coisa deliciosa em que o PMDB decidia tudo na área econômica, mas não arcava com as conseqüências dos seus atos. Agora que está tudo destruído, eles estão trocando de partido, para ver se enganam o povo de novo. Como a lagarta que abandona a casca para se transformar em outro bicho. Mas o presidente Sarney também foi responsável por essa situação, porque aceitou esse jogo de parlamentarismo de falsete.

A questão na Constituinte, agora é o mandato do presidente Sarney. O favorável é que cinco anos?

Já que foi aprovado o presidencialismo com cinco anos para os futuros presidente, considero uma discriminação dar quatro para Sarney. Mesmo porque, acho cinco anos um bom mandato.

E os seis anos? Isso já seria uma overdose.